



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL



Edição nº 02 – Dezembro/2025

BOLETIM TRIMESTRAL

Adaptação climática no Semiárido nordestino brasileiro e COP30: transformando desafios em oportunidades

DESTAQUES DO BOLETIM

★ Adaptação climática

A adaptação climática no Semiárido nordestino brasileiro é um dos eixos temáticos de atuação da Cátedra e em outubro deste ano apresentamos os resultados do primeiro estudo desenhado neste eixo. Com a participação de pesquisadores parceiros, organizamos um webinar para apresentar os resultados e discutir o tema. **pág.03**

★ COP30

A adaptação climática ocupou as discussões da COP30, que aconteceu em novembro, em Belém (PA). Nossa equipe esteve presente, participando de mesas em parceria com outras instituições, e os demais temas de atuação da Cátedra também surgiram com força. A juventude rural se mostrou bastante participativa e a mesa que mediamos juntamente com o Centro Sabiá contou com a participação ativa dos jovens. **pág.05**



★ ENTREVISTA: Carlos Magno

“O Semiárido é um espaço de soluções. Tecnologias sociais de captação de água, reuso, biodigestores, sistemas agroflorestais e práticas agroecológicas têm mostrado que é possível produzir com resiliência. As juventudes rurais têm um papel muito forte nesse processo, renovando práticas, conectando saberes tradicionais com inovação e mostrando que a agroecologia pode dialogar com o futuro”. **pág.04**

Imagem de abertura: Túlio Seabra.

Neste segundo Boletim Informativo Trimestral da Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural trazemos dois grandes temas como destaque: Adaptações Climáticas e COP30, na perspectiva da inclusão produtiva rural, o foco de atuação da Cátedra.

Em outubro de 2025, tivemos a apresentação do primeiro estudo desenhado pela Cátedra para o eixo de Adaptação Climática. O objetivo deste estudo era identificar os sinais dos impactos das mudanças climáticas no Semiárido nordestino, considerando suas implicações para a agricultura familiar, para as percepções sociais e para as formas de adaptação desenvolvidas na região, além de reunir evidências sobre como as alterações no regime de chuvas e o aumento das temperaturas afetam a dinâmica produtiva e social do semiárido e mapear estratégias de adaptação adotadas pelos agricultores.

Os resultados foram apresentados em um *webnário* com a participação de três especialistas na área e o vídeo está disponível no Youtube do Cebrap, com *link* no final deste material, em *Clip-ping*. Além do debate, produzimos um *onepage* com os destaques do relatório final da pesquisa e ambos estão disponíveis para *download* no novo *site* da Cátedra. Neste Boletim, apresentaremos brevemente a pesquisa, trazendo um pouco da discussão dos especialistas com perspectivas diferentes para mostrar quanto o campo traz possibilidades diversas, com ambiguidades no debate e muito a ser explorado.

As adaptações climáticas também ocuparam os debates e nossa agenda na COP30, que aconteceu em novembro de 2025, em Belém (PA). Mireya Valencia e Vahíd Vahdat, da equipe de coordenação da Cátedra, e Beto Veríssimo, nosso assessor especial, estiverem presentes no evento e participaram de diversas discussões sobre a interrelação entre mudanças climáticas e inclusão produtiva rural, temas permeados por outros, como juventude rural, sistemas alimentares e transição agroalimentar. Apresentamos também neste boletim os destaques da mesa que realizamos na COP30 em parceria com o Centro Sabiá e uma entrevista com Carlos Magno, coordenador do Centro. Estar em Belém foi uma oportunidade para fortalecer a construção de uma rede que abrange vários atores que de alguma forma pautam a discussão sobre o Semiárido nordestino brasileiro e se articulam para a preservação e o desenvolvimento da região no contexto das mudanças climáticas.

E, como comentado mais acima, estamos com *site* novo no ar! Com acesso em português, inglês e espanhol, lá é possível conhecer as pesquisas já concluídas e os materiais produzidos a partir delas, além das pesquisas em andamento, atualização dos resultados encontrados e os novos materiais desenvolvidos. Também é possível conhecer quem é a equipe que faz a Cátedra, quem são nossos parceiros financiadores e baixar todos os materiais que já produzimos desde 2020. Por lá divulgaremos o edital do III Prêmio Ignacy Sachs, previsto para março de 2026. Fica o nosso convite para você conhecer tudo o que já fizemos até aqui e acompanhar o que faremos daqui pra frente.

Equipe Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural

Debate “Comunidades resilientes: arranjos sociotécnicos e políticas públicas para a agricultura familiar”, na COP30.



Imagem: Fernando Cavalcanti.



ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Imagem: Tullio Seabra.

O Semiárido brasileiro abrange grande parte da região Nordeste e é dominado pela Caatinga, bioma cujos estudos indicam ser um dos mais vulneráveis frente às mudanças climáticas. A região se caracteriza por secas prolongadas alternadas com curtos períodos chuvosos. Apesar dos ciclos históricos de estiagem, o cenário atual aponta para transformações duradouras e cumulativas, com efeito direto sobre a agricultura, a gestão de recursos hídricos, a segurança alimentar e a resiliência socioambiental.

Projeções indicam que a temperatura média no Nordeste poderá se elevar entre 2 °C e 5 °C até o final do século XXI* e sugerem redução de até 40% nas precipitações em algumas áreas, o que ampliará a frequência e severidade das secas*. Do ponto de vista ambiental, as secas intensificam processos de desertificação e degradação do solo, reduzem a biodiversidade e comprometem a reposição hídrica de aquíferos e reservatórios*. Com grande dependência da agricultura familiar, a população do Semiárido encontra-se especialmente exposta às oscilações climáticas, tendo como consequências sociais a insegurança alimentar, o aumento da vulnerabilidade socioeconômica e as pressões migratórias para centros urbanos.

Diante deste cenário, a Cátedra desenhou um estudo sobre **adaptação climática** para identificar os sinais dos impactos das mudanças climáticas no Semiárido nordestino, considerando suas implicações para a agricultura familiar, para as percepções sociais e para as formas de adaptação desenvolvidas na região. Os resultados do estudo foram apresentados em um *webinário* transmiti-

do via Youtube (ver *Clipping*), e contou com a participação do professor Ricardo Chaves Lima (um dos autores do estudo) e de mais dois especialistas: Aldrin Marín e André Rocha. Os resultados também estão publicados no relatório final da pesquisa, disponível para *download* no *site* da Cátedra.

Após apresentar a pesquisa, que levou em consideração o Índice de Satisfação da Necessidade de Água (ISNA), os tipos de espécies (mais ou menos sensíveis ao estresse térmico e hídrico e de ciclo curto ou longo), as tendências para esses cultivos e a percepção de múltiplos atores da região, o debate seguiu com pontos de convergência e de questionamentos sobre os passos futuros.

Os resultados mostram indícios fortes e suficientes para sinalizar que novas medidas devem ser tomadas diante das mudanças climáticas, mas os dilemas mostraram que existem várias abordagens possíveis.

Essa multiplicidade abre espaço para exploração mais aprofundada das nuances do tema, esbarrando em pontos como políticas públicas adequadamente desenhadas, articuladas, implementadas e monitoradas, e união de atores, dentre eles governo, ONGs, Academia e sociedade civil. Essas associações permitirão que a adaptação climática aconteça a favor da inclusão produtiva rural e que os desafios das mudanças climáticas sejam transformados em oportunidades de desenvolvimento sustentável territorialmente adequadas e socialmente includentes.

*Referências completas no relatório disponível no *site* da Cátedra.



**Carlos Magno,
Coordenador
no Centro Sabiá
e Ponto Focal
da Plataforma
Semiáridos da
América Latina**

Qual foi sua percepção sobre a presença e a relevância das pautas de adaptação climática para o Semiárido durante a COP30? Houve avanços concretos na forma como o Brasil e outros países enxergam essa região nas estratégias globais de clima?

A minha percepção tem dois lados. De um lado, eu estava muito inserido na promoção dessa agenda, então pude ver uma presença forte do Semiárido na COP30. Nós do Centro Sabiá tivemos onze painéis e em todos colocamos a adaptação climática como eixo central. A Plataforma Semiáridos levou dez jovens de diferentes semiáridos da América Latina, que deram contribuições muito potentes. Redes parceiras, como a ASA, também levaram essa pauta para vários espaços. Nesse ambiente onde estávamos envolvidos, a agenda apareceu com bastante força.

Mas se a gente olha para a COP como esse grande palco internacional, ainda é pouco. Muita gente fora do Brasil sequer sabe que existe o bioma Caatinga e não enxerga o Semiárido como uma região estratégica dentro da agenda climática global. A própria localização da conferência no bioma amazônico reforça essa percepção limitada, porque para grande parte da comunidade internacional o Brasil continua sendo lido exclusivamente pela lente da Amazônia. Existe claramente uma disputa de narrativa e de presença política.

Ainda assim houve avanços, sobretudo porque o Brasil sediou a conferência e porque nós, organizações do Semiárido, nos preparamos bem para estar presentes. A adoção da Meta Global de Adaptação cria uma base comum para monitorar preparação e resiliência, o que pode favorecer regiões como o Semiárido, que já constroem soluções concretas de convivência com a seca.

Outro ponto importante foi o compromisso global de triplicar o financiamento para adaptação até 2035. Mesmo sem valores definidos e com os detalhes deixados para o próximo ano, esse compromisso tem um peso enorme porque reconhece algo fundamental. Sem financiamento não existe adaptação real, e menos ainda adaptação que faça diferença nos territórios. As comunidades, os agricultores familiares, as juventudes rurais e os biomas secos são os lugares onde a adaptação acontece de fato. Esse compromisso abre uma janela importante, cria pressão política para ampliar recursos e ajuda a aproximar a agenda global das realidades vividas no Semiárido. É um passo inicial, mas tem potencial para mudar o fluxo de investimentos e fortalecer a construção de resiliência em regiões invisibilizadas como a Caatinga.

A agricultura familiar, fortemente presente no Semiárido, também teve espaço na COP30. De que maneira as discussões dialogam com os desafios e oportunidades da agricultura familiar no Semiárido, especialmente no que diz respeito ao acesso a tecnologias, financiamento climático, juventude rural e práticas agroecológicas adaptadas à região?

A COP30 trouxe um elemento muito importante para a agricultura familiar, que foi a presença de um enviado especial dedicado ao tema. Isso abriu um canal direto de diálogo com movimentos sociais, com o campo da agroecologia e com organizações que atuam na base, permitindo que as demandas e soluções da agricultura familiar chegassem de forma mais estruturada ao espaço político oficial da conferência. Esse gesto fortalece o reconhecimento da agricultura familiar como ator estratégico na agenda climática.

A conferência avançou no reconhecimento das comunidades quilombolas no texto oficial, dialogando diretamente com os desafios que a agricultura familiar vive no Semiárido. A região enfrenta um regime climático cada vez mais irregular, aprofundamento da desertificação, mais eventos extremos e a possibilidade de novas ondas de migração forçada pela seca. Esses impactos atingem a produção de alimentos e a permanência das famílias no território.

Ao mesmo tempo, o Semiárido é um espaço de soluções. Tecnologias sociais de captação

de água, reúso, biodigestores, sistemas agroflorestais e práticas agroecológicas têm mostrado que é possível produzir com resiliência. As juventudes rurais têm um papel muito forte nesse processo, renovando práticas, conectando saberes tradicionais com inovação e mostrando que a agroecologia pode dialogar com o futuro.



E aqui entra algo essencial. Para que os jovens permaneçam no Semiárido, não basta apenas honrar a ancestralidade e as sementes crioulas. É preciso também oferecer educação de qualidade, saúde, acesso a financiamento, condições de empreender e oportunidade de se apropriar de tecnologias contemporâneas. As juventudes querem permanecer no Semiárido, mas não querem repetir o trabalho dos pais. Querem criar outras possibilidades dentro desse mesmo território. Isso exige políticas públicas que conectem saberes ancestrais com ciência, tecnologia e formação moderna.



Eu sempre digo que o problema não é o drone. O problema é o uso que se faz dele. Existem drones que espalham veneno, mas poderíamos ter drones que espalham sementes. Essa imagem mostra a necessidade de ressignificar a tecnologia e colocá-la a serviço de quem produz alimento e cuida do território.

É importante lembrar que a agricultura familiar no Semiárido é majoritariamente negra, construída por um campesinato negro que carrega na terra a memória da escravidão, das lutas por território e das práticas que garantiram a sobrevivência das famílias. Reconhecer essa dimensão é fundamental para debates de clima, justiça e permanência no campo.

Por fim, metade da agricultura familiar do Brasil está no Nordeste e grande parte dela está no Semiárido. Isso significa que quando falamos de agricultura familiar no país, estamos majoritariamente falando da Caatinga. É por isso que a COP30, ao abrir espaço para essas pautas, ajudou a alinhar a discussão global com a realidade vivida no território.

Após a COP30, quais são, na sua avaliação, os passos prioritários para fortalecer a adaptação climática no Semiárido, tanto em políticas públicas quanto em

ações locais, para que a região avance em resiliência, segurança hídrica e produção sustentável? Acredita que acordos palpáveis foram feitos nesse âmbito?

Quando falamos sobre próximos passos depois da COP30, é importante reconhecer que a luta das comunidades, dos povos do Semiárido e das organizações que atuam no território não começa depois da COP. A convivência com a seca e as respostas à crise climática fazem parte da vida do Semiárido há décadas. Tecnologias sociais, sementes crioulas, práticas agroecológicas e fundos comunitários sempre foram, na prática, ações de adaptação climática, muito antes de esse termo aparecer nos documentos internacionais.

A COP30 ajuda a dar um novo impulso. Para avançar, é fundamental fortalecer organizações, movimentos e redes para que tenham capacidade real de incidir politicamente. Sem força política, a agenda de adaptação não se concretiza. É preciso influenciar o debate público, dialogar com ministérios e garantir financiamento consistente para ações estruturantes como acesso à água, assistência técnica agroecológica, crédito adequado e reforma agrária. A democratização da terra é essencial para que as famílias possam produzir com sustentabilidade. Quando as pessoas só têm acesso a minifúndios, a pressão ambiental aumenta e a vulnerabilidade cresce.

Mas existe outra dimensão tão importante quanto a incidência política, que é ampliar o círculo de diálogo. A Caatinga Climate Week mostrou exatamente isso. Não basta ficar na conversa apenas entre governo e sociedade civil. É fundamental envolver universidades, centros de pesquisa, filantropias, fundações internacionais, jornalistas e outros atores que tradicionalmente não olhavam para o Semiárido. Quando essas pessoas conhecem o território, escutam as comunidades e entendem a potência da Caatinga, essa realidade começa a ocupar outro lugar no imaginário climático.

E isso faz muita diferença. Ninguém financia e nem defende aquilo que não conhece. Fortalecer a adaptação climática no Semiárido significa criar condições para que mais atores olhem para a região, reconheçam suas soluções e se engajem na construção de políticas e investimentos consistentes. A COP30 abriu portas importantes, mas o trabalho continua no território, de forma coletiva, articulada e com alianças cada vez mais amplas.

COP30 | TRANSIÇÃO JUSTA NO SEMIÁRIDO E O DIREITO DE PERMANECER NO TERRITÓRIO COM DIGNIDADE

No dia 12 de novembro de 2025, a Cátedra e o Centro Sabiá realizaram na COP30, em Belém (PA), uma conversa com o tema “Caminhos para uma transição justa nas áreas rurais do Semiárido brasileiro”, no pavilhão Food Roots and Routes, na zona azul.

O objetivo da conversa era explorar como diferentes atores da região do Semiárido brasileiro entendem o significado da ideia de “transição justa”, que tem sido utilizada no debate sobre clima. A conversa trouxe uma perspectiva ampla sobre o tema, graças à participação de diversos atores.

Para os participantes da mesa, uma preocupação importante para uma transição justa é o reconhecimento do valor da Caatinga e dos povos que ali vivem. Elisa Pankararu – coordenadora do APOIME e liderança indígena Pankararu, do Sertão de Pernambuco – destacou a necessidade de reconhecer a sacralidade do território, que deve ser tratado como a floresta Caatinga, e não como um ambiente seco e sem vida.

Alexandre Pires, Diretor de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, também destacou a alta presença de povos indígenas e quilombolas na região do Semiárido, principalmente na Caatinga, e que a participação desses atores em uma transição justa é essencial. Para Alexandre, a transição justa na região precisa considerar as dimensões socio-cultural e territorial que estão implicadas.

Além dessas dimensões, Alexandre reforçou o direito à permanência no território de maneira digna. Para isso, ele argumentou que é preciso reconhecer as várias economias locais, que podem ser organizadas em três grupos: trocas, vendas e doações entre habitantes da mesma comunidade; investimentos externos feitos na comunidade; e venda da produção local em outros territórios.

De acordo com Guilherme Delmondes, jovem multiplicador da comunidade Lagoa Comprida, Ouricuri (PE), os jovens querem permanecer no território de forma digna para perpetuar a vida – social, cultural, econômica e ambiental. Ele também argumentou que quando as ações são associadas, construídas e executadas de forma coletiva, garantem que os recursos sejam alocados



Imagem: Centro Sabiá.



Imagem: Centro Sabiá.

dos adequadamente, a partir da perspectiva das comunidades.

Endossando a perspectiva de Guilherme, Giselle Almeida, representante da Rede de Jovens da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), defendeu a importância de incluir os jovens na transição para que permaneçam nos territórios com garantia de estudo qualificado, escola do campo para o campo, boa alimentação e condições adequadas, sendo atores fundamentais para assumirem uma transição justa.

Outro ponto levantado para a discussão por Vahíd Vahdat, membro da equipe de coordenação da Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural, é se já é possível identificar esforços ou espaços em que os diferentes atores estão se reunindo para promover uma transição justa. Os participantes identificaram alguns esforços que dão pistas nessa direção.

Alexandre destacou que há muitos planos sendo desenvolvidos para o Semiárido e a região Nordeste e que seria importante que convergissem. Para ele, um instrumento importante para isso pode ser o Plano Brasileiro de Combate à Desertificação, que foi elaborado com o horizonte até 2045.

Elisa Pankararu ressaltou a importância da ciência ancestral dos povos do território, que sabem

lê-lo e que viveram e construíram experiências no Semiárido para conviverem com ele, mostrando um território cheio de possibilidades. Ela argumenta que para combater a desertificação é preciso escutar a voz dos povos dos territórios e aprender com quem já convive com a Caatinga.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Guilherme falou sobre a importância de associar os saberes acadêmicos aos dos povos tradicionais para que o avanço de tecnologias e soluções seja mais eficiente para uma transição justa. Já Giselle destacou que o Semiárido conta com redes importantes, como é a própria ASA. Para ela, a ASA desempenha esse papel na região e

tem a possibilidade de articular com outros territórios vulneráveis no Brasil.

Ao refletir sobre os resultados do evento, Vahíd destacou a riqueza das contribuições e que revelam a necessidade de um enfoque que permita abordar simultaneamente dimensões de justiça distributiva, processual e de reconhecimento, em um esforço concentrado no Semiárido brasileiro. Sem uma mudança significativa na região, devemos seguir reproduzindo padrões de injustiça e exclusão.

No Youtube do Centro Sabiá você encontra o podcast Cantos do Sabiá, com o episódio “O Sabiá na COP30 e a transição justa”, com trechos desta mesa.

No Instagram da Cátedra, você encontra um reels com Guilherme Delmondes falando mais um pouco sobre a Juventude Rural no contexto das comunidades do Semiárido.

A COP30 ganhou ampla difusão nos meios de comunicação, o que possibilitou que as pessoas interessadas tivessem acesso aos avanços e entraves das discussões e negociações para enfrentar a crise climática mesmo que não estivessem presentes no evento. Após o término do evento, diversas análises e resumos vêm surgindo, tratando sobre os temas que permearam os debates.

O texto final da COP30 causou frustrações por não apresentar caminhos propositivos sobre o desmatamento e o desuso de petróleo, gás e carvão, que seria decisivo para a redução das emissões de poluentes e a adaptação às mudanças climáticas. Apesar disso, há três resultados que mostram entregas positivas da COP30: um encontro marcado para abril de 2026, na Colômbia, entre países articulados pelo fim do uso de combustíveis fósseis e do desmatamento; a aprovação de um mecanismo para a transição justa e equitativa (*Belém Action Mechanism*), cujas regras deverão estar prontas até a COP31, que acontecerá na Turquia; e a menção, em diversos documentos oficiais, às populações afrodescendentes e ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, especialmente à terra. Isso é reflexo da ampla participação das comunidades na centralidade das ações de combate às mudanças climáticas, especialmente das mulheres, dos jovens e dos habitantes do Semiárido nordestino brasileiro.

Neste contexto de sinergias e ações para vencer a crise climática, a equipe da Cátedra participou escutando debates, identificando conexões com a agenda da inclusão produtiva rural, criando espaços de diálogo, buscando parcerias e apresentando reflexões a partir dos estudos desenvolvidos, principalmente nos temas de adaptação climática, juventude e transições dos sistemas alimentares. A juventude, vista como a geração responsável pelo futuro do planeta, ganhou destaque e reivindicou seus direitos e condições mínimas para uma existência digna.

As condições básicas de sobrevivência também foram tema em outros debates relacionados a uma transição sociotécnica, que garanta desenvolvimento técnico e social às comunidades, levando em consideração as especificidades de cada território. Os sistemas alimentares e suas interrelações com a crise climática também tiveram espaço, junto das agendas de inclusão, justiça, democracia e sustentabilidade.

Depois dessa experiência, a Cátedra segue fortalecendo a rede e as conexões que envolvem múltiplos atores com conhecimento e desenvolvimento de capacidades para uma transição rural justa e sustentável nas regiões mais afetadas pela crise climática e onde todos sejam incluídos, principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade.

– colaboração de Mireya Valencia.

CLIPPING

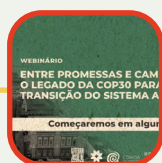
Mudanças Climáticas e Agricultura Familiar no Semiárido: Evidências, Impactos e Caminhos de Adaptação

08 de outubro de 2025
das 18:00 às 17:30
Youtube @inclusao-prod-rural



Webinário "Mudanças Climáticas e Agricultura Familiar no Semiárido: Evidências, Impactos e Caminhos de Adaptação"

Em outubro de 2025 apresentamos o relatório **"Mudanças Climáticas e Agricultura Familiar no Semiárido: Evidências, Impactos e Caminhos de Adaptação"** em uma *live* no Youtube do Cebrap Pesquisa, com a participação de três especialistas, trazendo perspectivas diferentes sobre o tema. A transmissão ficou salva e pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=TLpzgOhAvQY&t=4s>.



Webinário "Entre promessas e caminhos: o legado da COP30 para a transição do sistema agroalimentar"

Realizado pela Cátedra Josué de Castro em conjunto com outras organizações, como o CEBRAP, o *webinário* abordou como a transição dos sistemas alimentares ganhou peso nas discussões durante a COP30 e como o trabalho para incluí-la em documentos oficiais deve continuar, pois o Brasil fica com a presidência da COP até a próxima edição (novembro de 2026, na Turquia). A transmissão ficou salva e pode ser acessada no canal do Youtube do Cebrap: <https://www.youtube.com/watch?v=92WEx6NZdhU>.



Programa Comida de Verdade "COP30 no Brasil: O que ecoamos?"

O Programa Comida de Verdade, do Centro Sabiá com a Rádio Universitária FM, apresentou a participação do Centro Sabiá na COP30, como organização observadora, propondo eventos e participando de debates em que a Caatinga ocupou espaço como vanguarda da adaptação e da resiliência climática no Brasil. O episódio está disponível no canal do Centro Sabiá no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ThO7eP1qU5E>.



Podcast Comida que Sustenta "Transformação do Sistema Alimentar"

Neste episódio do *podcast* do Sustentarea, grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Saúde Pública da USP, as pesquisadoras tratam sobre o termo "sistema alimentar", ou "sistemas alimentares", mostrando a pluralidade dos sistemas, em contraponto ao modelo vigente, hegemônico, que é ao mesmo tempo causa e consequência de diversos desafios que enfrentamos na saúde humana e planetária. As pesquisadoras também falam sobre as possibilidades de transformação deste sistema. O episódio está disponível nas plataformas de áudio e no canal do Sustentarea no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=gTalJepwmQ4&t=607s>.



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL

FALE COM A CÁTEDRA:

www.inclusao produtivarural.cebrap.org.br

catedraitineranteipr@gmail.com



INSTITUTO
ITAUSA

PORTICUS